



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000473953

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1008654-49.2021.8.26.0704/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD, é embargado TMM LOCAÇÃO E EVENTOS LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ALBERTO GOSSON (Presidente), CLAUDIO GODOY E ALEXANDRE MARCONDES.

São Paulo, 15 de maio de 2025.

ALBERTO GOSSON
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Comarca: **Foro Regional XV - Butantã/1ª Vara Cível**
Processo nº: **1008654-49.2021.8.26.0704/50000**
Origem nº: **1008654-49.2021.8.26.0704**
Embargante(s): **ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO
E DISTRIBUIÇÃO ECAD**
Embargado (s): **TMM LOCAÇÃO E EVENTOS LTDA**

VOTO N.º 33.975

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TENTATIVA DE REDISCUTIR MATÉRIAS QUE HAVIAM SIDO ENFRENTADAS E DECIDIDAS NO ÂMBITO DO PROCESSO. MEROS EFEITOS INFRINGENTES. INADMISSÍVEIS. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD opõe embargos de declaração ao acórdão de fls. 622/630, sob a alegação de não ter analisado, de modo fundamentado, a demonstração de violação de direitos autorais em razão da execução pública desautorizada de obras musicais, literomusicais e fonogramas pelo embargado, incluindo o período de março/2020 a maio/2021, afirmando, ainda, que o embargado não se desincumbiu de seu ônus probatório (art. 373, II, do CPC), deixando de impugnar e comprovar o período por ele apontado como de “não funcionamento”. Sustenta, ademais, que o acórdão recorrido não distinguiu ou mostrou superação de precedentes recentes, em casos análogos ao presente.

Recurso tempestivo.

É o sucinto relatório.

Os embargos são manifestamente infringentes.

Em verdade, o embargante não demonstrou omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão, conforme a regra do art. 1.022 do CPC, mas apenas o inconformismo com o resultado do julgamento, que, por sua vez, deve ser impugnado pelas vias recursais adequadas e típicas.

Em que pese a insurgência do embargante, no que tange ao ônus da prova, o acórdão foi claro no sentido de ser o autor o responsável por comprovar a execução das obras. Vejamos:

“O ônus de comprovar a execução das obras é do autor, nos precisos termos do inciso I, do Artigo 373 do Código de Processo Civil” (fls. 630).

Conforme bem esclarecido pela respeitável sentença (fls. 508/513):

“É fato público a impossibilidade para realização de eventos coletivos durante os períodos mais críticos da pandemia, de modo que ante a impossibilidade de realização de eventos, parece adequado que por determinado período não haja cobrança dos valores pretendidos pela autora. (fls. 512)

“Em sentido análogo: “EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DIREITO AUTORAL – ECAD - Ação de cumprimento de preceito legal cumulada com perdas e danos - Sentença de improcedência revertida por esta C. Turma Julgadora - Pertinente o inconformismo esboçado pela ré - O valor devido deve ser apurado de acordo com a média de efetiva utilização dos aparelhos disponibilizados nas dependências do hotel no período, em sede de liquidação de sentença, em consonância aos termos da Súmula nº 261, do C. STJ - Impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) no setor hoteleiro no último biênio que devem ser levados em consideração - Suspensão da cobrança nos meses em que o estabelecimento esteve fechado -Embargos acolhidos, sem alteração no resultado do julgado” (TJ-SP Apelação nº 1018822-71.2020.8.26.0114 , 2ª Câmara de Direito Privado - Des. Rel. José Carlos Ferreira Alves j. 12/05/2022).

“Assim, desde março de 2020, momento em que se iniciaram as restrições a eventos públicos, parece adequado que não haja cobrança. No entanto, a cobrança pode ser retomada a partir de maio de 2021, tendo em vista que a autora comprovou que houve festas no local (fls. 471/472)””.

Sabe-se que na via dos embargos de declaração é incabível a rediscussão da matéria que foi suficientemente apreciada em conformidade à convicção externada a partir dos fundamentos que motivaram o resultado da decisão.

Acrescente-se, ainda, que o magistrado não está

adstrito a rebater um por um todos os argumentos levantados pelas partes podendo se ater àqueles mais relevantes para formação de sua convicção.

“A despeito da redação do art. 489, § 1º, do CPC, não houve substancial modificação na ideia de que “o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos colacionados pelas partes para expressar o seu convencimento, bastando, para tanto, pronunciar-se de forma geral sobre as questões pertinentes para a formação de sua convicção, de modo que, desde que os fundamentos adotados sejam bastantes para justificar o concluído na decisão, o órgão jurisdicional não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos utilizados pela parte” (STJ, AgRg no Ag nº 738.892/DF, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 4ª Turma; AgRg no REsp nº 783.856/GO, Rel. Min. Barros Monteiro, 4ª Turma; AgRg no REsp nº 259141, Rel. Min. Nancy Andrichi, 3ª Turma; AgRg no Ag nº 186.231, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª Turma).

É dizer: “a função do julgador é decidir a lide e apontar direta e objetivamente os fundamentos que, para tal, lhe foram suficientes, não havendo necessidade de apreciar todos os argumentos deduzidos pelas partes, ao contrário do que sucede com os peritos judiciais, que respondem individualmente aos quesitos ofertados nos autos” (TJSP, Apelação nº 0007163-87.2009.8.26.0625; 10ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Roberto Maia, com invocação de precedentes: STF, 1ª Turma, ED no Ag.Reg. no RE nº 739.369/SC, Rel. Min. Luiz Fux; STF, 2ª Turma, Ag.Reg. no RE nº 724.151/MS, Rel. Min. Cármen Lúcia; STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp nº 383.837/RS, Rel. Min. Humberto Martins; e STJ, 3ª Turma, AgRg no Resp nº 354.527/RJ, Rel. Min. Sidnei Beneti).

Frisa-se que “Não ofende a norma extraível do inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015 a decisão que deixar de apreciar questões cujo exame tenha ficado prejudicado em razão da análise anterior de questão subordinante” (Enunciado nº 12 aprovado no Seminário “O Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil”, organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados ENFAM).

Além disso, recorda-se que “A fundamentação sucinta não se confunde com a ausência de fundamentação e não acarreta a

nulidade da decisão se forem enfrentadas todas as questões cuja resolução, em tese, influencie a decisão da causa” (Enunciado nº 10 aprovado no Seminário “O Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil”, organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados ENFAM).

“Convém ainda acentuar que “O art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 não obriga o juiz a enfrentar os fundamentos jurídicos invocados pela parte, quando já tenham sido enfrentados na formação dos precedentes obrigatórios” (Enunciado nº 13 aprovado no Seminário “O Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil”, organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM).

“Em paralelo, lembra-se que “a contradição que autoriza os embargos declaratórios é a interna, entre as proposições da própria decisão, ou seja, é aquela existente entre a fundamentação e o dispositivo, relatório e fundamentação, dispositivo e ementa ou ainda entre seus tópicos internos” (STJ, EDcl no AREsp 169.105/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão)” e não aquela decorrente do confronto entre o decisum e disposições legais ou argumentos da parte. Acaso a hipótese seja essa última, o recurso cabível é outro” (TJSP, ED na Apelação nº 0018690-12.2012.8.26.0114/50000, 8ª Câmara de Direito Público, Rel.Des. João Carlos Garcia.

“Desse modo, relembra-se sempre para evitar o reconhecimento de embargos de declaração como mecanismo de protelação que nesse tipo de recurso, “não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima” (PONTES DE MIRANDA, Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, Rio de Janeiro, Forense, 1975, p. 400) e diante do que se contém no art. 1.022 do Código de Processo Civil, somente são admissíveis quando destinados a obter pronunciamento tendente a eliminar omissão, obscuridade ou contradição interna do provimento jurisdicional” (Decisão do juiz Leandro de Paula Martins Constant, da 16ª Vara Cível, Foro Central, em embargos de declaração, proc. Nº 1124818-71.2018.8.26.010, DJe 1.3.2019).

Quanto ao intuito de prequestionamento para alçada ao Superior Tribunal de Justiça e/ou ao Supremo Tribunal Federal,

considere-se que o objetivo primordial é que os Tribunais Superiores não se vejam às voltas para tratar de matéria que não foi decidida nas instâncias inferiores, *questão* que assume relevância maior se tratar de tema que não se reveste da categoria de 'ordem pública'. Entre os posicionamentos possíveis e encontrados na jurisprudência das Cortes Superiores, Rodolfo de Camargo Mancuso parece advogar a corrente moderada, segundo a qual é admissível o 'prequestionamento implícito':

“Atualmente, o prequestionamento da matéria devolvida ao STF e ao STJ por força dos recursos extraordinário e especial há que ser entendido com temperamento, não mais se justificando o rigor que engendrou, no STF, a emissão das Súmulas 282, 317, 356 e, no STJ, as Súmulas 98, 211, 320. Desde que se possa, *sem esforço*, aferir no caso concreto que o objeto do recurso está razoavelmente demarcado na instância precedente, cremos que é o bastante para satisfazer essa exigência que, de resto, não é excrescente, mas própria dos recursos de tipo excepcional, malgrado não conste, *às expressas*, nos permissivos constitucionais que os regem. É que os Tribunais Superiores, não se constituindo em “3ª ou 4ª instâncias”, apenas conhecem da matéria jurídica bem delineada na extensão e compreensão do que lhes foi devolvido pelo recurso de tipo excepcional. Por outras palavras, a tais Cortes não se aplicam os brocardos *iura novit curia* e *da mihi factum, dabo tibi jus*, próprios do Juízos de primeiro grau e dos Tribunais de grande instância (TJs; TRF's), que conhecem da matéria jurídica e de *fato*. Assim, desde que o tema federal ou constitucional tenha sido agitado, discutido, tornando-se *res dubia* ou *res controversa* (RTJ 109/371), cremos que ele estará prequestionado” (Rodolfo de Camargo Mancuso. *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, 14ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, pp. 320-321).

Em sequência, arremata no sentido de que:

“Nessa linha *moderada*, que, como antes dissemos, nos

parece o melhor caminho a seguir, há diversas decisões do STJ, conforme dá notícia o Min. Athos Gusmão Carneiro: “A orientação firmada no Superior Tribunal de Justiça, em sessão plenária, foi no sentido de que o prequestionamento implícito 'consiste na apreciação, pelo tribunal de origem, das questões jurídicas que envolvam a lei tida por vulnerada, sem mencioná-la expressamente. Nestes termos, tem o Superior Tribunal de Justiça admitido o prequestionamento *implícito*. São numerosos os precedentes nesta Corte que têm por ocorrente o prequestionamento mesmo não constando do corpo do acórdão impugnado a referência ao número e à letra da norma legal, desde que a tese jurídica tenha sido debatida e apreciada' (REsp 155.621, Corte Especial, v.u., rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJU 02.06.1999)”. Ao propósito, decidiu o STJ: “Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.” (AgInt no AREsp 1159407, rel. Min. Marco Buzzi, j. 27.02.2018, DJ 27.02.2018).

Nessa linha decidiu a 2ª Turma do STJ, relatora a Min. Eliana Calmon: “O prequestionamento implícito é admitido, desde que a tese defendida no especial tenha sido efetivamente apreciada no Tribunal recorrido à luz da legislação federal indicada”. Há outros arestos que perfilham essa exegese moderada (REsp 672.615, 5ª T., rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 01.03.2007, DJ19.03.2007, p. 383; REsp769.249, 1ª T., rel. Min. Luiz Fux, j. 13.02.2007, DJ 12.03.2007, p. 203) [...]” (*Ibid.*, pp. 322-323).

Do que se depreende a forte tendência para mitigar o formalismo estrito, que a rigor, nada contribui para a finalidade do instituto, que é o de deixar patente a discussão e decisão acerca da temática específica que se pretende ver solucionada pelas Cortes Superiores, independentemente de se constatar a descrição do dispositivo legal no bojo do acórdão, descrição esta, que pode apenas refletir uma mera citação *a latere*, às vezes, perdida, sem maiores consequências para o fulcro da questão efetivamente debatida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, **rejeitam-se os embargos.**

É como voto.

Alberto Gosson
Relator